EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

linha do tempo

1909

O presidente Nilo Peçanha assina o Decreto 7.566, em 23 de setembro, criando inicialmente 19 "Escolas de Aprendizes Artífices" subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

1927

O Congresso Nacional sanciona o Projeto de Fidélis Reis, que prevê o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país.

1930

É criado o Ministério da Educação e Saúde Pública que passa a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices.

1937

Lei 378, que transforma as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional.

1941

O ensino profissional passa a ser constituído por cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico. O ingresso nas escolas industriais passa a depender de exames de admissão; os cursos são divididos em dois níveis: curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria; e o segundo, curso técnico industrial.

1956 - 1961

O período é marcado por aprofundamento da relação entre Estado e economia cujo o objetivo é formar profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país.

1961

O ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico com a promulgação da Lei 4.024 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O período é marcado por profundas mudanças na política de educação profissional.

1967

Decreto 60.731 transfere as Fazendas Modelos do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura que passam a funcionar como escolas agrícolas.

1971

A Lei da Reforma de ensino de 1º e 2º graus impõe um caráter profissionalizante obrigatório para todo o 2º grau.

1978

A Lei 6.545 transforma três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica.

1980 - 1990

A globalização, nova configuração da economia mundial, também atinge o Brasil. A intensificação da aplicação de tecnologia se associa a uma nova configuração dos processos de produção.

1994

A Lei 8.948, de 8 de dezembro, institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as ETFs e as EAFs em CEFETs. A expansão da oferta da educação profissional ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

1996

Em 20 de dezembro, a Lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB) dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo próprio.

1997

O Decreto 2.208 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).

2004

O Decreto 5.154 permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio regular.

2006

O Decreto 5.773 trata sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. É instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

2007

Lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal.
O Decreto 6.302 institui o Programa Brasil Profissionalizado.
É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.
Para ampliar a oferta e o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos é instituído o sistema Escola Técnica Aberta do Brasil - E-TEC Brasil.

2008

Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

2009

Centenário do ensino profissional, marco inicial da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

2011

Por meio da Lei 12.513, cria-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Lançamento do Guia Pronatec de cursos FIC.

2018

Publicação da Portaria Setec nº 1, que institui a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

2020

A Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) estabelece duplo computo para alunos do Itinerário da Formação Técnica e Profissional. Neste ano também é lançada a atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT).

2021

- Novas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Lei nº 14.139, de 16 de abril de 2021, institui o Dia Nacional da Educação Profissional e Tecnológica.
- Ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que passa a ter 670 unidades em todo o país.
- Portaria 713, define diretrizes para organização e normas para implementação das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica Tecnológica.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL